

## A TRANSFORMAÇÃO DA FESTA EM PORTUGAL

*Jorge Crespo* \*

Em Portugal, na transição do século XVIII para o século XIX, verifica-se uma grande transformação das atitudes e comportamentos colectivos. No momento em que se toma consciência da importância da preservação da vida humana no progresso da sociedade, muitos esforços são desenvolvidos no sentido de se eliminarem as causas dos desperdícios das energias dos homens. Os males resultavam das doenças e epidemias que proliferavam devido a condições de higiene deploráveis e à ineficácia da terapêutica aplicada. Mas surgiam, também, por exemplo, no espaço e tempo das festas que se realizavam no quadro dos ritos de passagem ou no âmbito das cerimónias periódicas. De facto, os excessos a que se entregavam as populações durante as festas eram severamente condenados pelas autoridades civis e eclesiásticas, por motivos económicos, políticos e morais. A crítica e a correspondente repressão denunciavam uma orientação precisa e traduziam uma perspectiva teórica bem definida, que se apoiava nos argumentos dos moralistas e se via reforçada nos estudos levados a efeito pelos economistas preocupados com a realidade portuguesa. A polícia do Estado dispunha dos teóricos capazes da síntese necessária, proporcionando, assim, maior eficácia à intervenção das autoridades civis. Também, o quadro de condicionamento das atitudes e comportamentos era assegurado pela acção dos padres que, vivendo junto das populações, exerciam uma formação notável.

Nos finais do século XVIII, é oferecida a Pina Manique, Intendente Geral da Polícia, da Corte e do Reino, uma obra <sup>(1)</sup>, traduzida do francês, na qual se analisava, com algum pormenor, o problema da qualidade e da quantidade das festas. O estudo dava especial relevo aos inconvenientes resultantes das práticas de máscaras e de combates de touros, actividades lúdicas que tanta sedução exerciam sobre as populações. A reprovação assumia um cariz essencialmente moral, baseando-se no carácter rústico e bárbaro que se atribuía aos divertimentos em causa, em particular, numa época de rigorosa defesa dos valores do mundo civilizado. Na verdade, os arquivos da polícia mostram bem as dificuldades surgidas, a cada passo, na eliminação dos bailes

---

\* Prof. associado da F.C.S.H. - U.N.L. (Departamento de Antropologia).

de máscaras e dos combates de touros. O exame dos documentos denuncia a impotência revelada pelas autoridades nas suas tentativas de superarem paixões tão arreigadas entre as populações.

As dificuldades encontradas justificaram, então, a estratégia seguida na eliminação dos males, isto é, a opção pelo controlo dos movimentos festivos da população em geral e da juventude, em particular. Neste âmbito, os comportamentos dos rapazes mereciam atenção especial, tendo em vista a formação de hábitos conducentes a transformações futuras. A intervenção caracterizava-se por um misto de repressão e de tolerância, por um lado, facilitando-se as experiências de afirmação e de integração social dos jovens e, por outro, reprimindo-se as oportunidades de subversão da ordem e da moral.

Nesta linha, as cerimónias de casamento eram, nos quadros dos ritos de passagem, os momentos festivos mais submetidos ao controlo da polícia. Os conflitos graves não se revelavam quando os noivos se integravam no mesmo grupo de idades dos jovens, para além, evidentemente, das vulgares dificuldades de natureza ritual que se impunham aos participantes nas cerimónias. Mas a questão complicava-se no caso dos viúvos, em especial, quando se verificavam diferenças de idade assinaláveis. A circunstância era aproveitada pelos jovens para marcarem a sua presença crítica na vida colectiva. Por exemplo, em Julho de 1821, na aldeia de Granja, o Juíz de Fora de Mourão <sup>(2)</sup> dava notícia de um "*charivari*" que fomentava a agitação na pacatez da povoação alentejana. Com efeito, um grupo de rapazes manifestava a sua discórdia relativamente a um casamento, dirigindo-se em grande gritaria, de noite, com chocalhos e estalos de funda para as proximidades do vizinho recém-casado, onde se entregou a zombarias e fez tentativas de arrombamento da porta. Segundo a polícia, tratava-se não só de um atentado à tranquilidade pública mas, também, uma afronta à religião, porque a "*apôpada ao casamento*" punha em causa um dos mais relevantes sacramentos da Igreja. O que sucedia naquela aldeia não era um facto isolado, repetindo-se por todo o país sempre que os noivados não se haviam submetido previamente à aprovação simbólica dos jovens.

A polícia e as autoridades eclesiásticas juntavam-se na defesa da dignidade do matrimónio, não só por razões de natureza religiosa mas, também, dada a importância atribuída ao casamento, numa época em que se manifestava, com frequência, a necessidade de braços indispensáveis aos trabalhos na agricultura e na indústria. O desejo de ordenação das atitudes e dos comportamentos e do correspondente aumento na segurança do Estado constituíam, ainda, factores decisivos no controlo da sociedade e, em particular, dos momentos excepcionais da vida colectiva. A intervenção das autoridades no domínio dos ritos de passagem contribuía para a transformação da festa. O seu empobrecimento caracterizava-se através da repressão sobre o tempo que antecedia a ruptura final, isto é, a que se exercia no período em que se reuniam os

elementos que asseguravam o significado mais profundo da cerimónia.

Mas não eram apenas as festas relativas ao desenvolvimento da vida, do nascimento até à morte, que se tornavam objecto de vigilância. A presença das entidades policiais fazia-se sentir, igualmente, nos momentos culminantes de algumas cerimónias periódicas realizadas durante o ano, como, por exemplo, nos períodos do Natal e do Ano Novo, no Entrudo e nas festas de Junho. A frequência com que estas festividades surgiam nos documentos da polícia mostra que seria, naquelas épocas, que a agitação podia mais facilmente afectar a segurança pública e, especialmente, ser uma afronta à moral divulgada. Também, nestes casos, o perigo vinha das condutas dos jovens, os quais não se limitavam a discursos verbais de condenação da sociedade, excedendo-se mesmo em actos de violência gratuita, arrombando portas e janelas de habitações, destruindo loiças e outros objectos e simulando agressões diversas. No entanto, nestas cerimónias periódicas, as ameaças não irrompiam somente da parte dos grupos juvenis, porque quase toda a população se envolvia nos desregramentos, aumentando deste modo os receios de alteração da ordem social.

A Missa do Galo foi proibida, por exemplo, em Coimbra, no ano de 1828, devido, segundo se dizia, à possibilidade de *"irreverências e insultos à religião"* <sup>(3)</sup>, facto que dava origem a confrontos entre a polícia e a autoridade eclesiástica local. A propósito desta proibição, o bispo de Coimbra lembrava que esta cerimónia era uma das que ainda subsistiam de um conjunto de festas que, entretanto, havia sido proibido <sup>(4)</sup>. Esta nota dá bem a medida de um processo de transformação que, ao longo do tempo, se desenvolveu, originando alterações substanciais no ciclo festivo das populações.

O tempo do Carnaval era o momento mais favorável aos excessos, sendo, por isso, objecto de acentuada vigilância. Os homens e as mulheres revoltavam-se frequentemente contra o severo controlo imposto nestes momentos excepcionais de libertação da monotonia do quotidiano, reagiam contra as ameaças de repressão dos bailes de máscaras ao ar livre, dos lançamentos de farinha e de outros objectos. A dificuldade em dominar os impulsos das populações era um facto evidente nos documentos da polícia. Por isso, não admira que, a partir de certo momento, surgissem as propostas das autoridades no sentido das festas se realizarem em lugares reservados para o efeito, na tentativa de se encontrarem, assim, as melhores condições para o domínio das explosões colectivas. A sugestão não se revelaria, no entanto, de fácil concretização, dado que os festeiros insubmissos, mais à vontade nos espaços abertos e vertiginosos do passado, depressa se revoltariam, concretizando as previsões e as astúcias da polícia. Os recintos fechados sofriam a invasão constante de turbamultas em revolta, causando distúrbios que, em alguns casos, davam origem a feridos graves e mortes.

Entretanto, a transferência das festas para os espaços fechados, mais

susceptíveis de controlo, não se aplicava a outras festas, como as que se realizavam no contexto lúdico do mês de Junho. Aliás, a própria Igreja nunca teve sucesso, por exemplo, no combate às fogueiras de S. João. Uma solução parcial foi encontrada, então, através da comemoração do nascimento do santo, uma subtileza que, no entanto, dificilmente se revelou capaz de contrariar os sentimentos mais profundos das populações. Em qualquer caso, neste quadro de violências e de astúcias, de repressão, não há dúvida que se infligiam, progressivamente, grandes modificações nas festas dos homens.

As preocupações não incidiam, apenas, na qualidade dos divertimentos realizados, mas orientavam-se, igualmente, para a sua quantidade. Neste âmbito, considerava-se um exagero o grande número de festas que tinha lugar durante o ano, facto que causava prejuízos diversos. Em síntese, a ideia traduzia-se no seguinte: *"a demasiada quantidade de Festas he certo que offende ao bem geral do Estado; porque favorece a preguiça, muitas vezes as despesas, e a libertinage, que são consequências funestas da ociosidade"* <sup>(5)</sup>.

De facto, a permanente disponibilidade das populações para interromperem os seus quotidianos de trabalho e entregarem-se aos prazeres dos divertimentos causava a indignação dos economistas sempre preocupados com a valorização dos caminhos do progresso e do rendimento. Por sua vez, os moralistas surpreendiam-se com os homens e mulheres que, apesar de viverem em condições miseráveis, não perdiam a oportunidade de fazer despesas inúteis na organização de festividades, deste modo agravando as injustiças sociais. O excesso de dias feriados era considerado um facto escandaloso para os economistas e os moralistas, e os responsáveis civis juntavam-se ao coro de protestos forçando progressivamente à adopção de medidas no sentido de reduzir os desvios. A paragem sistemática do trabalho nos campos e nas oficinas era um fenómeno inexplicável perante as situações de fome, de doença e de miséria que conduziavam muitos seres humanos à morte, mas constituía, também, um perigo para a segurança do Estado, numa fase em que se desenvolviam múltiplos esforços para o fortalecimento das autoridades supremas da governação.

Em 1789, António Henriques da Silveira apresentava à Academia das Ciências de Lisboa um estudo onde se denunciavam os abusos praticados nos dias santificados. Em especial, anotava-se a falta de compreensão das populações relativamente ao significado mais profundo das festas e a subversão verificada nas suas formas e conteúdos, de um modo geral, em prejuízo da própria sobrevivência dos participantes nos divertimentos. Os defeitos com mais frequência apontados eram os seguintes: a realização de bailes, jogos e caçadas que constituíam oportunidades para lautos banquetes, instigando ao pecado da gula, opondo-se à moderação e sobriedade das condutas, e transformando-se, assim, em actos indignos de cristãos; a relegação para um plano secundário das orações, jejuns e obras piedosas,

actos que deviam ter a primazia na comemoração da vida dos santos; a tendência para integrar comédias e outras actividades do género nos programas dos festejos, contribuindo para a dissipação das inocências e a vulgarização dos actos corruptos; a atracção pelas corridas de touros que não só afectavam a quantidade de vidas humanas disponíveis para o trabalho mas, também, eram um obstáculo à irradicação dos sentimentos bárbaros que contrariavam o processo de civilização (6).

Neste contexto, será difícil saber se o apelo ao respeito pelas normas religiosas e de civilidade era uma forma indirecta de atingir objectivos na área económica ou se, pelo contrário, a chamada de atenção para os prejuízos assinalados no âmbito da produtividade e do rendimento constituía uma subtilidade para alcançar outras finalidades de menor valência material. Em qualquer caso, a apreciação global dos documentos permite concluir que, em última análise, a sobrevivência da colectividade e do próprio estado estava em perigo. À primeira vista era, no entanto, a questão económica que dominava os discursos de quem tanto reclamava a severa redução dos dias festivos. Para o exemplificar, anote-se a lógica das operações adoptada pelo referido António Henriques da Silveira, neste seu depoimento: *"Todo o trabalho do campo se reduz a lavrar, cavar, semear, segar, debulhar, vendimar, e molhar os fructos, e toda a demora que houver neste serviço, he nociva ao bem publico. Haverão neste Reino 2:500:000 almas, de hum, e outro sexo; destas suppondo serem 1:500.000 do sexo feminino; suppondo que os velhos sejam 50.000, que os rapazes sejam 300.000, restaõ 600.000 homens empregados na cultura do campo, nos officios, e artes mechanicas; suppondo igualmente que cada hum destes ganhe sómente cem reis por dia, importa o trabalho diario destes 600.000 homens, em 150.000 cruzados; e por este calculo bastantemente moderado se mostra claramente, que o povo Portuguez perde em vinte e tres dias festivos (saõ os que devião ser dispensados) trez milhões a quanrenta e cinco mil cruzados"* (7).

As Constituições Sinodais determinavam que, ao longo de um ano, se reservassem 91 dias para o cumprimento da obrigação de assistência à missa e durante os quais se não devia trabalhar. Se acrescentarmos o dia de festa do Orago de cada freguesia, os períodos de mau tempo que impediam os trabalhos de campo, os dias perdidos em penosas deslocações a feiras e mercados, para aquisição e venda de produtos, e as interrupções devidas a frequentes doenças e epidemias chegar-se-à, de facto, à conclusão que se vivia, durante o ano, um tempo de trabalho muito reduzido. Em face da situação, a Igreja não podia deixar de reflectir no problema e, por exemplo, em 1785, o Cardeal Patriarca de Lisboa divulgava uma pastoral na qual se concedia liberdade de trabalhar por ocasião de determinados dias de festa, embora se continuasse a defender a obrigatoriedade de assistência à missa. Esta flexibilidade foi adoptada em outras regiões do país, com alguma polémica, dado que

as concessões foram progressivamente desvirtuando a importância da Igreja.

Entretanto, as cedências verificadas deram alento à intensificação da crítica e era mais uma vez António Henriques da Silveira que tinha o desassombro de propôr que se retirassem do calendário litúrgico 22 festas, justificando a proposta da seguinte maneira: *"A Lei positiva, que manda santificar os dias Santos, não pôde ser contrária a Lei Natural que obriga aos homens a procurar a sua subsistência, e das suas famílias com o trabalho manual nos dias santos..."*<sup>(8)</sup>. O autor não desconhecia a situação de decréscimo da religiosidade em Portugal, assinalando, em defesa da sua proposta, a progressiva desmobilização das populações devido aos frequentes, longos e enfadonhos sermões dos padres. Aliás, considerava-se que a restrição podia favorecer o aumento de fervor e do respeito pelos actos de comemoração da vida dos santos.

A tendência verificada no sentido da diminuição das festas explicava-se numa época em que o trabalho se impunha, cada vez mais, como um valor fundamental na sociedade. O trabalho e as obrigações para com Deus constituíam os pontos de referência decisivos no aperfeiçoamento humano. A coincidência do trabalho com a mortificação favorável à expiação dos pecados era um facto sublinhado, com frequência, a fim de o justificar, de tal modo que constituía, paradoxalmente, uma ameaça à religiosidade.

Assim, quando em finais do século XVIII as crenças religiosas perdiam a capacidade de mobilizar as populações, as autoridades viram-se confrontadas com a necessidade de encontrar os substitutos apropriados à nova realidade. As mudanças orientaram-se no sentido de se definir uma separação entre as festas religiosas e as festas civis, relegando o sagrado e o profano para os seus limites próprios. A ideia traduzia-se no seguinte: *"Para conciliar pois o culto da Religião com os passatempos necessários, se poderia, conservando somente as grandes Festas, abolir as outras, transportando-as ao Domingo, e estabelecendo de outra sorte, em memória de alguns factos consideráveis destinados então aos divertimentos; e estas se poderiaõ chamar Festas Cívicas"*<sup>(9)</sup>.

Nestas condições, vislumbrava-se uma surpreendente transformação da festa, uma mudança de natureza do próprio tempo dos homens. As possibilidades de uma mudança mais significativa surgiam, na sequência da revolução de 1820, quando foi possível, finalmente, apresentar uma alternativa clara e eficaz. Enquanto, no passado, os acontecimentos dignos de celebração eram os que marcavam os ritos de passagem, em especial os nascimentos e os casamentos relativos à vida do soberano e respectiva família, depois perfilaram-se no horizonte, em correspondência com outras ideias e novas concepções do mundo, festejos essencialmente de natureza colectiva, interessando a totalidade dos membros da comunidade.

As Festas Constitucionais de Beja, em 1821, foram porventura as primeiras festas cívicas realizadas em Portugal que traduziram a exaltação unânime de um mundo novo. Não se tratava, neste caso, do elogio de uma vida individual ou de um pequeno grupo mas, sim, da consagração da vida colectiva. Em especial, nas cidades surgia já a irreversível diferença de um movimento que, ao contrário do passado, se desenvolvia num espaço e tempo de antecipação do futuro. Na festa cívica dominavam as ideias e os valores do progresso e da mudança, pondo em causa as hierarquias imutáveis que tinham condicionado os homens.

#### NOTAS

- (1) João Rosado de Villa Lobos Vasconcellos (trad.), ELEMENTOS DA POLÍCIA GERAL DE HUM ESTADO, 2 ts., Lisboa, 1786-1787 -- (2) ANTT, Intendência Geral da Polícia, CORRESPONDÊNCIA, Maço 65, Documento 58, Ofício do Juiz de Fora de Mourão, de 23 de Julho de 1821 -- (3) IBIDEM, Maço 49, Documento 346, Ofício do Juiz de Fora servindo de Corregedor da Comarca de Coimbra, de 19 de Dezembro de 1828 -- (4) IBIDEM, Maço 49, Documento 347, Ofício do Bispo de Coimbra, de 18 de Dezembro de 1828 -- (5) João Rosado de Villa Lobos Vasconcellos (trad.), ELEMENTOS..., t.2, p. 36 -- (6) António Henriques da Silveira, "Racional discurso sobre a Agricultura, e População da Provincia de Alem-Tejo, MEMÓRIAS ECONÓMICAS, I, Lisboa, 1789, pp. 102-105 -- (7) IBIDEM, pp. 105-106 -- (8) IBIDEM, p. 111 -- (9) João Rosado de Villa Lobos Vasconcellos (trad.), ELEMENTOS..., t.2, p. 37-38